

O ESPAÇO RURAL DE SANTA MARIA/RS: A REESTRUTURAÇÃO DA MATRIZ PRODUTIVA TRADICIONAL

Talita Luiza de Medeiros Ferro – Autora – Doutoranda/Universidade Estadual Júlio Mesquita
Filho – UNESP- Presidente Prudente – SP

E-mail: talitaferrogeo@gmail.com

Meri Lourdes Bezzi – Autora- Prof.^a Dr.^a do Depto. De Geociências da Universidade Federal
de Santa Maria – UFSM- RS.

E-mail: meri@oslo.ccne.ufsm.br

1 INTRODUÇÃO

O processo de ocupação e formação do Rio Grande do Sul tem sua gênese ligada a atividade agropecuária, a qual se constitui na base produtiva da sua economia. Em decorrência da importância destas atividades na organização sócio-espacial no Estado gaúcho, este trabalho centra-se na análise da estruturação da matriz produtiva tradicional de Santa Maria-RS, assentada na pecuária bovina de corte e agricultura comercial de arroz e soja. Tais atividades constituem-se nas principais fontes de renda que se desenvolvem no espaço rural. A área escolhida para o estudo, Santa Maria, corresponde à uma território político administrativo com localização privilegiada em relação aos outros municípios gaúchos, situado no centro do Estado, seu desenvolvimento socioeconômico sempre atrelou-se ao fator da localização.

O município de Santa Maria localiza-se na porção central do Rio Grande do Sul, e apresenta uma população de 269.893 habitantes, distribuídos em uma área de 1.780 Km². (IBGE, 2000), pertencente à Microrregião Geográfica de Santa Maria. Assim, o Município está dividido nos seguintes distritos: nos seguintes distritos: (1^o) Sede; (2^o) São Valentim; (3^o) Pains; (4^o) Arroio Grande; (5^o) Arroio do Só; (6^o) Passo do Verde; (7^o) Boca do Monte; (8^o) Palma; (9^o) Santa Flora e (10^o) Santo Antônio. (FIGURA 1).

Salienta-se que a importância dessa temática reside na complexidade da reestruturação da matriz produtiva tradicional do Município, bem como nas relações estabelecidas com o urbano, como setor responsável pela demanda da produção local. Tal nível de relacionamento implica na reorganização do espaço produtivo santamariense via novas atividades que se materializam e coexistem com as atividades tradicionais, objetivando sua dinamização.

Para explicar sua dinâmica espacial, o caminho investigativo direcionou-se, inicialmente, para a revisão bibliográfica, resgatando-se conceitos que estruturam o embasamento teórico-metodológico. Posteriormente, realizou-se o levantamento e coleta de dados em fontes primárias e secundárias, representado principalmente por órgãos qualificados, como o IBGE, a Secretaria

de Desenvolvimento Rural, Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), entre outros. A realização do trabalho de campo, análise e interpretação dos resultados possibilitaram a compreensão e discussão dos dados obtidos.

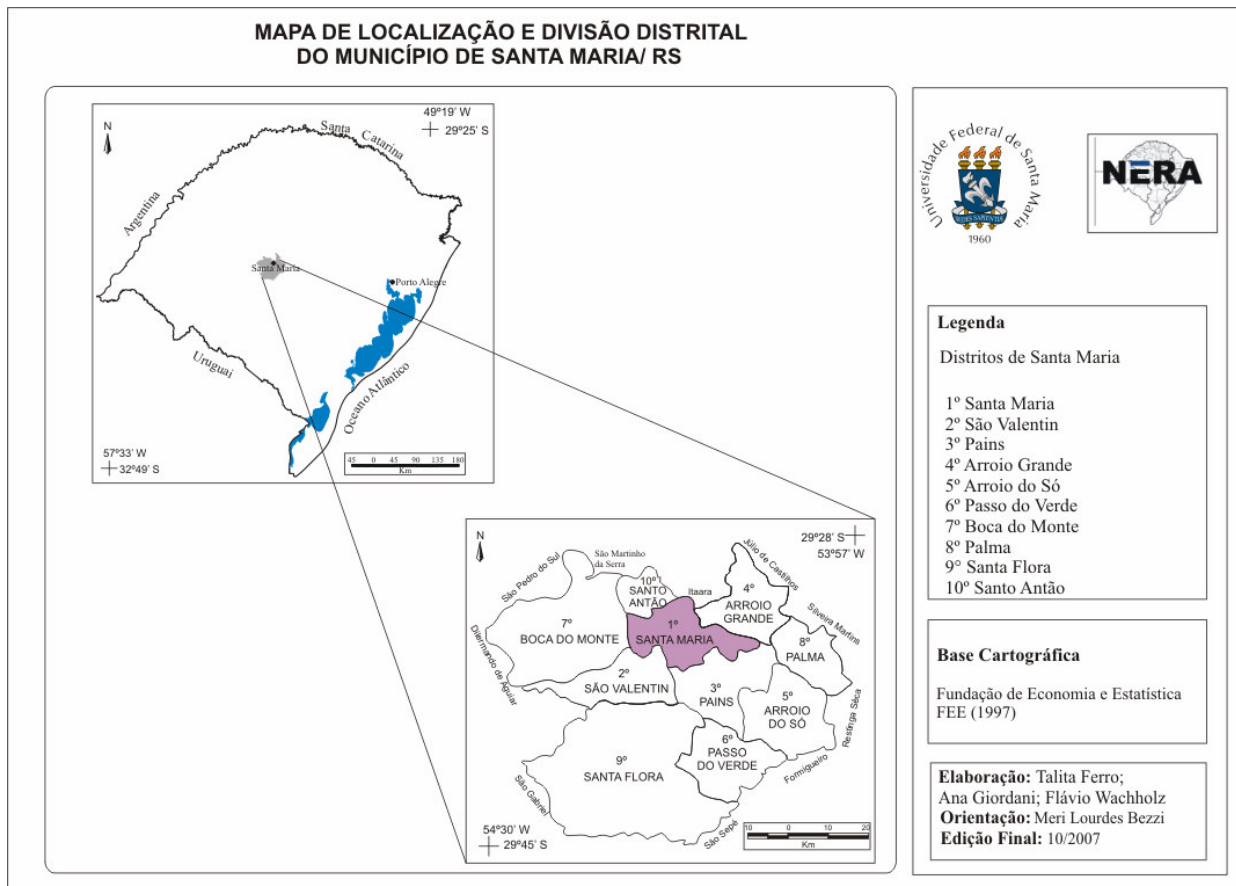


Figura 1: Localização do Município de Santa Maria no Rio Grande do Sul e divisão distrital.

2. A ORGANIZAÇÃO SÓCIOESPACIAL SANTAMARIENSE: AS BASES HISTÓRICAS

A compreensão da organização do espaço rural santamariense pressupõe um resgate dos processos de ocupação e povoamento, através de uma visão dialética, que possibilita apreender a sua gênese e evolução, a te a sua atual configuração sócio-espacial. Tal resgate reflete a importância da cultura como mediadora da relação sociedade-natureza, uma vez que o espaço do Município foi constituído por etnias diversificadas, individualizadas nos seus dez distritos, onde se materializam as principais atividades produtivas rurais ligadas à sua matriz produtiva tradicional.

No limiar do tempo e do espaço que originaram a sociedade riograndense deve-se considerar a primeira etnia formadora do gaúcho, o nativo, que segundo Laytano (1984) constituiu-se em uma das etnias fundamentais para a formação dos costumes tipicamente gaúchos. Desse modo, a presença dos indígenas e de sua cultura contribuiu nas primeiras

manifestações culturais e econômicas em Santa Maria, assim desenvolviam a agricultura, principalmente com o plantio de milho e mandioca, também cultivavam um pequeno rebanho de gado bovino, incentivados pela presença jesuítica. Relativo a presença nativa na porção central do Estado gaúcho, Beltrão (1979, p. 9) ressalta que

[...] os minuanos habitavam parte do território municipal santa-mariense, na zona da campanha, em especial na Coxilha de Pau Fincado, enquanto a maior soma de habitantes era representada pelos tapes, que viviam na mata da serra e suas encostas. O desenvolvimento de Santa Maria também, está atrelado à instalação do primeiro acampamento militar oriundo da Demarcação de Limites na América Meridional, criada pelo Tratado de Santo Ildefonso (1777). Foi a partir da segunda metade do século XVIII, que os militares ao instalarem-se, no Rincão de Santa Maria, formaram o primeiro povoado. (PESAVENTO, 1982).

Os aspectos físicos e humanos que configuraram a organização do espaço santamariense na atualidade apresentam distinções de acordo com a localização distrital, uma vez que, esse município teve fases de inserção populacional distintas, de acordo com a chegada de etnias diversificadas. Essa situação gerou particularidade intrínsecas ao contexto regional, pois Santa Maria situa-se em uma área de transição entre as regiões de povoamento português e espanhol e de colonização italiana e alemã.

A população do Acampamento de Santa Maria aumenta, significativamente, com a chegada dos primeiros imigrantes açorianos em 1708 (PESAVENTO, 1982), com o objetivo de desenvolver a agricultura e diversificação dos produtos agrícolas. Contudo a investida dos açorianos não atingiu os objetivos buscados pela coroa portuguesa, refletindo na saída de alguns desses imigrantes do espaço santamariense. Os que permaneceram direcionaram suas atividades a pecuária bovina de corte.

Neste contexto, a organização espacial do município foi aos poucos se reestruturando, com a chegada de outros imigrantes europeus. O município de Santa Maria recebe, após os açorianos, os imigrantes alemães, enviados, após o término da Revolução Farroupilha, também com a finalidade de exercer a atividade agrícola, baseada na agricultura familiar. Entretanto, estes abandonaram aos poucos a atividade agrícola para se dedicar à prestação de serviços, principalmente no setor do vestuário e construção civil.

Além dos alemães, a chegada dos imigrantes italianos, na localidade de Val de Buia, em 1875 fez com que esta unidade territorial se estruturasse através de novos códigos culturais, tendo como base a cultura italiana. Estes vão alicerçar a base econômica do município através de novas culturas como a uva. Assim, reproduzem e retroalimentam a produção primária do município. Tal fato justifica a inserção de áreas como o distrito de Arroio Grande, Boca do Monte e Palma, que herdou, devido à proximidade e localização as atividades agrícolas desenvolvidas por estes imigrantes. Percebe-se, no primeiro momento, a setorização do município quanto às atividades primárias desenvolvidas, onde a pecuária é praticada nas estâncias pertencentes à militares, localizadas nos distritos de São Martinho

da Serra e do Vacacaí, atualmente, Passo do Verde, São Valentim, Santo Antão e Santa Flora. Posteriormente, com o processo de colonização e imigração, a atividade agrícola, tem representatividade e organiza-se nas pequenas propriedades.

Outros fatores que impulsionaram o crescimento populacional de Santa Maria estão atrelados à introdução do transporte ferroviário no Rio Grande do Sul, no final do século passado, tornando o Município o maior centro ferroviário do Estado Gaúcho, devido à construção da ferrovia. Deste modo, Santa Maria, sedia, em 1912, a 3ª Estação Ferroviária do Estado, trazendo consigo, um expressivo contingente populacional, composto de engenheiros, comerciantes, profissionais ligados à construção e manutenção da ferrovia. Neste sentido, o espaço rural do município cede espaço para a expansão do núcleo urbano. (BELTRÃO, 1979).

Ressalta-se que, o processo de formação e povoamento de Santa Maria, esteve, predominantemente, atrelado às atividades de prestação de serviços. A instalação da Universidade Federal de Santa Maria em 1960, e da Base Aérea quatro anos mais tarde, contribui para o crescimento populacional do município, e, conseqüentemente, dinamizou alguns distritos do Município, proporcionando o aumento da comercialização dos produtos agrícolas fornecidos pelos produtores rurais. Destaca-se a produção de arroz, com a implantação de dois Engenhos, o pioneiro Engenho Pilon, e o Engenho Fighera, ambos na década de 50. (BEBER, 1989).

Portanto a ocupação territorial de Santa Maria esteve atrelada à sua localização geográfica, servindo como base militar, após a instalação desses grupos, outras pessoas direcionavam-se com a finalidade de ocupação territorial e comércio. Tal fato, justifica a diversidade do setor terciário, onde os serviços direcionam-se principalmente à saúde e educação.

3 ESTRUTURA FUNDIÁRIA COMO FATOR DE ORGANIZAÇÃO DA TERRA EM SANTA MARIA

Ao se abordar a temática rural do município, também tornou-se necessário resgatar a sua estrutura fundiária, para que se pudesse obter o correto entendimento da organização e distribuição da terra de acordo com a dimensão das propriedades

Tendo como base a estrutura fundiária riograndense, insere-se o município de Santa Maria, do qual pôde-se obter uma visão da evolução da posse da terra, pois a organização socioespacial do município demonstra que o seu espaço produtivo se reorganizou mediante alguns critérios norteadores.

Tal reorganização ocorre, principalmente, nas grandes e pequenas propriedades rurais. As grandes propriedades têm apresentado novos arranjos produtivos via inserção de dinâmicas

que visam alicerçar seu desenvolvimento, com ênfase para a produção agrícola em detrimento da pecuária. Além disso, outras formas de dinamizar o campo, não ligadas à agropecuária, como as atividades pluriativas constituem-se em uma realidade que proporciona uma reestruturação do espaço para atender as transformações impostas pelo mercado e pelo capital, entendidas como os principais agentes transformadores dos arranjos espaciais.

A localização geográfica de Santa Maria coloca esse município em uma posição intermediária em relação à estrutura fundiária, que se apresenta diversificada de acordo com o tamanho das propriedades existentes em seus distritos. Para se entender a configuração do espaço produtivo de Santa Maria deve-se relacionar a atual organização do espaço rural aos fatores históricos e culturais, para se obter uma visão completa da diversidade que se materializa na área em estudo.

Desse modo, contrapondo a sua origem, em uma sesmaria, Santa Maria apresenta, atualmente, pouca expressividade no que se refere a concentração da terra, uma vez que predomina a pequena propriedade e o minifúndio. Essa situação demonstra as transformações ocorridas no decorrer do tempo, e que influenciaram na constituição dos imóveis rurais quanto ao seu tamanho e, conseqüentemente, os sucessivos desmembramentos que originaram várias propriedades.

Nesse sentido, pode-se dizer que, o processo de ocupação do território do município influenciou a atual configuração fundiária. Inicialmente, por concessão de terras em forma de sesmaria, contribuindo para a concentração de terras. Entretanto, as sucessivas partilhas das propriedades, por herança ou vendas, agravadas pela redução da produtividade da terra, contribuíram para a formação dos minifúndios e pequenas propriedades¹. De acordo com o INCRA (2007), Santa Maria tem como parâmetro dos seus imóveis rurais² o módulo fiscal na dimensão de 22 ha. Assim, pode-se estabelecer a dimensão territorial das propriedades do município (TABELA 1).

Tabela 1: Classificação dos Imóveis Rurais

Imóveis rurais de Santa Maria	Tamanho (ha)	Módulo Fiscal
Minifúndio	0 – 21	menor que 1
Pequena Propriedade	22 – 87	1 - 4
Média Propriedade	88 – 329	4 - 15
Grande Propriedade	Acima de 330	acima de 15

Fonte: INCRA, 2007.

Org. FERRO, Talita, 2007

¹ Pequena Propriedade rural de área compreendida entre 1(um) e 4(quatro) módulos fiscais; Média Propriedade - o imóvel rural de área superior a 4 (quatro) e até 15 (quinze) módulos fiscais e Grande Propriedade superior a 15 módulos fiscais.

² O imóvel rural corresponde a área que se destina à exploração extrativa agrícola, pecuária ou agroindustrial, seja pela iniciativa privada ou pública. (INCRA, 2007).

Destaca-se que, o município se constitui, atualmente, de 408 imóveis rurais, distribuídos nos dez distritos, inclusive no distrito sede, onde reside a maior parte da população. Desses imóveis, as pequenas propriedades perfazem 37,5% do total, predominando em número de imóveis rurais. Por conseguinte, têm-se os minifúndios, com 25% do total, seguido pelas médias e grandes propriedades, com 16,6% e 4,79%, respectivamente. (TABELA 2).

Tabela 2: Distribuição dos imóveis rurais de Santa Maria de acordo com a composição fundiária.

Composição Fundiária	Nº. de Imóveis Rurais
Minifúndio	120
Pequena Propriedade	185
Média Propriedade	80
Grande Propriedade	23
Total	408

Fonte: INCRA, 2007.
Org. FERRO, Talita, 2007

As principais atividades da matriz produtiva tradicional do Município são caracterizadas pela agricultura comercial e pela pecuária, e destinam o uso das propriedades através da lavoura empresarial, altamente capitalista e desenvolvida principalmente através de arrendamentos. Contudo, ocorre a reaglutinação produtiva, ou seja, as propriedades direcionam sua produção via um único produto, a soja ou o arroz.

Desta forma, em algumas propriedades do meio rural de Santa Maria a inserção do capital ocasionou a desvinculação da propriedade quanto ao uso da terra, devido às possibilidades de sua utilização via lavoura comercial. Entretanto, o avanço do capitalismo no campo transforma a estrutura do uso do solo, mantendo a estrutura da propriedade. Tal situação ocorre nos distritos de Passo do Verde, Santa Flora e São Valentim nos quais se desenvolvia apenas a atividade pecuarista.

É importante ressaltar também que o processo de modernização e o capitalismo no meio rural não levaram ao desaparecimento da agricultura de subsistência e demais atividades primárias no Município. Essas formas de produção e utilização do espaço rural têm encontrado formas de articulação com o desenvolvimento local e regional, uma vez que essa realidade materializa-se nos distritos de Arroio Grande, Boca do Monte e Pains.

4 A AGRICULTURA COMERCIAL E A PECUÁRIA DE CORTE COMO BASE DA MATRIZ PRODUTIVA TRADICIONAL SANTAMARIENSE

O desenvolvimento da agricultura em Santa Maria ocorre nos distritos, os quais apresentam particularidades de acordo com a sua localização, fatores históricos de povoamento ou de colonização e com as potencialidades físico-naturais. Tais situações

refletem na organização do espaço produtivo e nos principais produtos cultivados. Salienta-se que os principais produtos agrícolas são representados pelas lavouras temporárias da soja e do arroz, as quais são expressivas em todos os distritos com exceção do distrito de Santo Antônio, o qual que tem sua produção centrada nas lavouras de subsistência do milho e do aipim. Tal fato ocorreu devido a pouca potencialidade física do mesmo, pois este se localiza na porção norte do município e seu relevo não é propício para a agricultura, uma vez que o mesmo apresenta uma topografia com acentuados declives e áreas onde predomina pastagens destinadas à atividade pecuarista. Ressalta-se que esse distrito mantém, desde sua gênese, a atividade original, ou seja, a pecuária. (TRABALHO DE CAMPO, 2007).

No que se refere à matriz produtiva tradicional da economia primária de Santa Maria, tem-se nas lavouras de arroz e soja os principais produtos que compõem a mesma, aliados a pecuária bovina de corte. Tal configuração do espaço produtivo no Município enquadra-se na matriz produtiva regional, que compõem a porção centro-sul do Estado gaúcho, como enfatiza Bezzi et al (2006), quando regionaliza o Rio Grande do Sul em sete regiões geoeconômicas. A região geoeconômica 1, na qual se insere Santa Maria, tem como principais produtos o arroz, soja e a pecuária.

Referente à cultura do arroz, pode-se dizer que esta atividade foi implantada na porção centro-sul do Estado gaúcho a partir de 1920 e coexistiu com a atividade pecuarista. Tal fato originou uma nova configuração espacial, através da inserção da lavoura orizícola na tradicional área de pecuária do Rio Grande do Sul. Surge desta forma, uma sociedade dual, ou seja, os pecuaristas versus os agricultores. (FEE, 1978).

O cultivo de arroz no Estado é enfatizado por Bezzi et al (2006), quando diz que a rizicultura surgiu em virtude da presença de mercados favoráveis e de incentivos através de políticas governamentais. Esta atividade econômica, no Rio Grande do Sul, destinou-se, basicamente, ao mercado interno, pois, ao contrário dos demais estados brasileiros, o estado gaúcho inseriu-se no cenário econômico nacional através da produção de alimentos.

Neste contexto, esta atividade teve impulso através do crescimento do mercado consumidor de alimentos nos centros urbanos e, pelo desenvolvimento de uma política tarifária sobre as importações do arroz estrangeiro, estabelecendo uma proteção econômica à rizicultura gaúcha.

Ao se considerar o cultivo de arroz na porção centro-sul do Estado, onde se situa Santa Maria, considera-se que o município, em análise, segue os parâmetros regionais de produção, ao mesmo tempo em que apresenta algumas particularidades. Dessa forma, pode-se dizer que, em Santa Maria, o cultivo do arroz é praticado por proprietários locais que, via investimentos modificaram a estrutura agrária de uso da terra, substituindo nos distritos de

Santa Flora, Passo do Verde e Arroio Grande a pecuária pela agricultura com extensas lavouras capitalistas de arroz e soja. (TRABALHO DE CAMPO, 2007).

As transformações no espaço produtivo do Município colocaram a produção em novos moldes. Os investimentos neste setor produtivo, também resultaram no estímulo da lavoura empresarial, que de acordo com a Fundação de Economia e Estatística (1978, p. 88), pode ser entendida como

[...] aquele segmento produtivo que, pautado por relações capitalistas de produção, isto é, com separação dos meios de produção do trabalhador, visa a contínua valorização do capital para dar prosseguimento ao processo de acumulação, mediante a ampliação dos recursos técnicos (máquinas, implementos, fertilizantes, etc.) e emprego de força de trabalho permanente e temporária, usando a efetividade desta, combinação terra própria ou arrendada.

A expansão da cultura do arroz impulsionou o uso intensivo da mecanização, da irrigação e dos financiamentos via créditos bancários. Tal fato foi responsável pelo crescimento econômico e social do Município, principalmente dos distritos, onde a infra-estrutura oferece suporte para a produção e comercialização agrícola. Outro fator determinante para implantação desse cultivo constitui-se nas potencialidades físicas, uma vez que o Município apresenta uma malha hídrica abundante associada ao relevo relativamente plano, condições naturais indispensáveis para essa cultura.

Entre os quatro principais engenhos que compram e beneficiam a produção de arroz do Município, destacam-se: Arroz Fighera, Pilon e Induber que se localizam em Camobi e o engenho Marzari no distrito de Santa Flora. A lavoura de arroz dinamizou os distritos através da melhoria da infra-estrutura, pois necessitou viabilizar o escoamento da produção, e beneficiar a construção e melhoramento das estradas de acesso às lavouras, edificação de escolas nos núcleos distritais, iluminação pública e estimulou desenvolvimento de pequenos núcleos urbanos.

Os distritos com maior área plantada de arroz são Arroio Grande, Passo do Verde, Boca do Monte e Santa Flora. A produção orizícola estende-se pelos demais distritos, exceto Santo Antão e Sede, os quais apresentam menores áreas plantadas. (TABELA 3).

A inserção da cultura orizícola reorganiza o espaço e a produção agrícola do Município através da lavoura empresarial constituída principalmente pelo arrendamento capitalista. Tal fato materializou-se a partir de 1940 nas propriedades localizadas no distrito de Arroio Grande. Posteriormente, expandiu-se pelos distritos de Boca do Monte, Santa Flora e Passo do Verde. Entretanto a lavoura do arroz, por seu caráter empresarial e por ser uma cultura temporária, utiliza-se principalmente de mão-de-obra temporária local no plantio e na colheita, através de contrato temporário. Também, caracteriza-se por utilizar-se de mão-de-obra familiar em pequenas propriedades, pois alguns minifundiários e pequenos proprietários utilizam suas terras para o plantio do arroz e soja, comercializando sua produção com os grandes produtores ou entregando-os diretamente aos engenhos. (TRABALHO DE CAMPO, 2007).

A produção do arroz é destinada, principalmente, para o consumo da população local e regional. A circulação do produto é beneficiada pela presença de redes de supermercados no Município, as quais estimulam a produção. Além disso, a proximidade com outras cidades, permite sua comercialização. No entanto, quase sua totalidade é comercializada em Santa Maria.

Tabela 3: Lavoura temporária (arroz e soja) nos distritos do município de Santa Maria/RS

Distritos	Área Plantada (ha)	
	Arroz	Soja
1. Sede	-	-
2. São Valentin	100	450
3. Pains	400	-
4. Arroio Grande	1950	-
5. Arroio do Só	450	1500
6. Passo do Verde	500	840
7. Boca do Monte	1600	3950
8. Palma	600	1600
9. Santa Flora	3800	13200
10. Santo Antônio	-	-
TOTAL	9400	21540

Fonte: Trabalho de Campo, 2007.
Org. FERRO, Talita, 2007

No que se refere à soja, outro produto significativo em Santa Maria, pode-se dizer que, ao assumir o modelo agroexportador essa cultura caracterizou-se, de forma decisiva, a articulação da economia do Rio Grande do Sul com o pólo dinâmico nacional. (BEZZI et al, 2006).

Apesar da lavoura do arroz ser a mais tradicional em Santa Maria, atualmente, a soja assume a primeira posição em área plantada, com 21540 hectares. Sua produção destaca-se pela área plantada nos distritos de Santa Flora, Boca do Monte e Palma. (TRABALHO DE CAMPO, 2007). (TABELA 3).

No Município a cultura da soja fez com que as áreas de plantio de milho, aipim e arroz, bem como as pastagens fossem reduzidas. Sua produção, diferente do arroz, não se destina à população local, pois a cidade não possui nenhuma forma de beneficiamento do grão.

O diferencial da produção de soja consiste no seu destino final, pois toda safra é comercializada com outros municípios, entre eles Júlio de Castilhos e Ijuí, devido à venda dos grãos para as seguintes cooperativas: Cooperativa Tritícola de Júlio de Castilhos (COTRIJUC) e Cooperativa Tritícola de Ijuí (COTRIJUÍ). Os produtores de soja utilizam os incentivos governamentais via financiamentos. Assim, são beneficiados com maior número de linhas de

crédito em instituições financeiras, com o Sistema de Crédito Rural, oferecido pelo Banco SICREDI. (TRABALHO DE CAMPO, 2007).

As principais alterações decorrentes da sojicultura na matriz produtiva tradicional de Santa Maria referem-se a cedência de áreas antes destinadas ao cultivo de produtos de subsistência, como o feijão, o aipim e o milho, cultivados em propriedades familiares e destinados ao consumo local. Outra conseqüência refere-se à liberação de mão-de-obra do campo para a cidade.

Além das matrizes produtivas tradicionais, salientam-se outras formas de inserção do capital como agente dinamizador do espaço, ou seja, como importantes atores econômicos que estão sendo, gradativamente, inseridos nos municípios que compõem a porção sul do Rio Grande do Sul, dentre os quais se destaca a fruticultura e o florestamento.

Desse modo, infere-se que, o florestamento está se inserindo no município em estudo através das grandes e médias propriedades, ocasionando uma redução espacial das áreas destinadas a pecuária. Pode-se destacar também que essas novas cadeias produtivas vão, no decorrer do tempo, ocasionar transformações significativas no espaço rural de Santa Maria.

A pecuária bovina constituiu-se na primeira atividade econômica a ser desenvolvida no município em análise e, no decorrer do tempo, com evolução do espaço urbano cedeu áreas para o desenvolvimento do distrito Sede e para a inserção de outras atividades econômicas, como a agricultura.

Tabela 4: Pecuária Bovina de corte em Santa Maria-RS

Distritos	Pecuária bovina de corte (nº de cabeças)
1. Sede	180
2. São Valentin	9300
3. Pains	8700
4. Arroio Grande	4100
5. Arroio do Só	8700
6. Passo do Verde	9600
7. Boca do Monte	21500
8. Palma	2100
9. Santa Flora	44000
10. Santo Antônio	5000
TOTAL	113180

Fonte: Trabalho de Campo, 2007.
Org. FERRO, Talita, 2007

Atualmente, os maiores rebanhos bovinos localizam-se nos distritos de Santa Flora, Boca do Monte, Passo do Verde e São Valentim, com ênfase para a pecuária de corte, em regime de criação extensivo. Enquanto que, a pecuária de leite desenvolve-se nos distritos de Arroio Grande, Pains e Sede (no bairro Camobi). (TABELA 4). (TRABALHO DE CAMPO, 2007).

Considerando a pecuária no município em análise, pode-se dizer que, têm nos bovinos, aves, suínos e ovinos os principais rebanhos em ordem de importância, de acordo com o número total de cabeças. No entanto, o desenvolvimento da pecuária em Santa Maria pode ser expandido mediante o melhoramento genético e investimentos em infra-estrutura, a fim de que se especialize as criações e possa se obter a excelência em termos produtivos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para entender a atual organização matriz produtiva tradicional santamariense procurou-se, inicialmente, apreender o seu processo de formação como uma das unidades territoriais do Rio Grande do Sul. Com esses subsídios identificou-se a inserção das atividades rurais do Município e sua posterior reestruturação espacial.

Tendo sua gênese em uma sesmaria, Santa Maria teve, na pecuária, sua primeira atividade econômica, desenvolvida em regime de criação extensiva, a exemplo das demais unidades territoriais do Estado gaúcho. No entanto, distintamente de outros municípios que compõem a porção centro-sul do Estado, onde a pecuária ainda é tradicional, Santa Maria teve uma configuração socioeconômica diferenciada no decorrer de sua evolução histórica. Tal situação deve-se a implantação de um acampamento militar, em torno do qual, se originou uma vila, que se caracterizou pela prosperidade das atividades urbanas, principalmente do comércio.

Verificou-se também que, o espaço rural de Santa Maria tornou-se uma fonte de abastecimento da população local, fornecendo produtos como o arroz e a soja, além da pecuária bovina. Porém, sua produção não é suficiente para abastecer todo esse contingente populacional e o comércio local, o que tornou viável a expansão da agropecuária. Com o aumento de área para as lavouras e incremento das atividades ligadas à pecuária, como pastagens plantadas, confinamento dos bovinos, entre outros, buscou-se melhorar a qualidade do produto ofertado uma vez que a pecuária compete com a agricultura no que diz respeito a área de produção.

A diversidade produtiva, liga-se também ao cultivo de hortaliças e da fruticultura. Ambas abastecem, com seus produtos, o mercado local e tem apresentado crescimento, através da implantação de pomares, hortas comunitárias.

Já estruturação da matriz tradicional da produção rural de Santa Maria está centrada, no arroz, soja e pecuária bovina de corte. As produções paralelas dos cultivos de subsistência constituem-se em alternativas para o produtor agregar valor à sua produção, não se constituindo em culturas expressivas no Município.

No processo de organização/reorganização do espaço rural de Santa Maria, vários fatores destacam-se, mas o principal agente dinamizador é “o capital”. O mesmo é o responsável pelas mudanças e transformações em estruturas seculares já arraigadas, ligadas principalmente à agropecuária, mas que no desenvolvimento sócio-espacial não resistem às pressões do mercado, em constante busca pela expansão da suas atividades e satisfação das necessidades sociais.

Ressalta-se, também, o fato de que o Município é um pólo regional que agrega serviços, assim pode-se explorar mais enfaticamente a condição de ser um centro urbano de médio porte, com possibilidade de oferecer infra-estrutura de apoio para os municípios no seu entorno, os quais possuem potencial para exploração da atividade turística, com ênfase para a Quarta Colônia de Imigração Italiana do Rio Grande do Sul, cuja relação cultural materializou inúmeros códigos no espaço, tornando-o distinto dos demais e originando paisagens culturais repletas de significados. Também, os municípios que se localizam a noroeste de Santa Maria inserem-se nessa perspectiva turística, uma vez que os fatores de povoamento, configuraram inúmeras paisagens campeiras remetendo a vida nas estâncias, como um resgate ao passado.

O rural de Santa Maria configura-se mediante a matriz tradicional, mas apresenta um potencial para a atividade pluriativa, como alternativa para desenvolver-se economicamente em nível local e regional, uma vez que, esse Município agrega outras unidades territoriais.

As análises realizadas no decorrer do trabalho foram uma tentativa de demonstrar como a sociedade capitalista se apropria, transforma e reorganiza o espaço impregnando-se e impregnando-o de contradições. Estas não devem representar um obstáculo ao desenvolvimento do capital, mas juntamente com ele, constituem uma unidade necessária à lógica capitalista e, conseqüentemente à análise espacial.

Considerando a complexidade das relações sociedade-natureza na atualidade, mediante o processo de globalização, esse estudo procurou contemplar o entendimento da organização do espaço produtivo rural de Santa Maria e suas inter-relações com os demais setores, nos âmbitos socioeconômicos, culturais e físico-naturais.

6 REFERÊNCIAS

BEBER, C. C. **Santa Maria 200 anos**: história da economia do município. Santa Maria: Palloti, 1998.

BELTRÃO, R. **Cronologia Histórica de Santa Maria e do extinto município de São Martinho**. Santa Maria: Ed. Pallotti, 1958.

BEZZI, M. L. **São Borja – Transformações no campo agrário**: o processo de despecuarização. 1985. 222 f. Dissertação (Mestrado em Org. do Espaço) – Universidade Estadual “Júlio Mesquita Filho”/UNESP, Rio Claro, 1985.

_____. et al. **RS**: Uma proposta de regionalização considerando os aspectos geoeconômicos. Relatório técnico. (PROADE 2-FAPERGS). Universidade Federal de Santa Maria, 2006

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. **Anuário Estatístico do Rio Grande do Sul-1960**. Porto Alegre: FEE, 1960.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **idades @**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidades@>>. Acesso em: 10 nov. 2005.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Estrutura Fundiária**. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/estruturafundiaria>>. Acesso em: 24 de outubro de 2006.

LAYTANO, G. S. Algumas reflexões sobre território e subjetividade. **Boletim Gaúcho de Geografia**, Porto Alegre, n. 2, v. 28, p. 211-223, jul/dez. 2002.

PESAVENTO, S. J. **História de Rio Grande do Sul**. 2. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.

RAMBO, B. **A Fisionomia do Rio Grande do Sul**. 3. ed. São Leopoldo: Ed. da Unisinos, 2000.

THOMAS, C. Conquista e povoamento do Rio Grande do Sul. **Boletim Geográfico do RS**, Porto Alegre, v. 21, n. 19. p. 17-27, jan/dez. 1976.